

JOSÉ ANTONIO FARAH LOPES DE LIMA

DELAÇÃO PREMIADA E ACORDO DE LENIÊNCIA



JHMIZUNO
EDITORA DISTRIBUIDORA

Delação Premiada e Acordo de Leniência

© José Antonio Farah Lopes de Lima

J. H. MIZUNO 2020

Revisão:

José Silva Sobrinho

1170520

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

L732d Lima, José Antonio Farah Lopes de.

Delação premiada e acordo de leniência / José Antonio Farah Lopes de Lima. – Leme, SP: JH Mizuno, 2020.

232 p. : 16 x 23 cm

Inclui índice alfabético remissivo.

Inclui referências.

1. Crime organizado – Brasil. 2. Lavagem de dinheiro – Brasil. I. Título.

ISBN 978-85-7789-415-4

CDD 345.810206

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade dos autores. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade dos autores.

Todos os direitos desta edição reservados à
JH MIZUNO

Rua Benedito Zacariotto, 172 - Parque Alto das Palmeiras, Leme - SP, 13614-460
Correspondência: Av. 29 de Agosto, nº 90, Caixa Postal 501 - Centro, Leme - SP, 13610-210
Fone/Fax: (0XX19) 3571-0420

Visite nosso site: www.editorajhmizuno.com.br
e-mail: atendimento@editorajhmizuno.com.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

PRIMEIRA PARTE

Delação Premiada

Delação premiada e o conceito de justiça	19
Delação premiada e dilema racional	21
Delação premiada e utilitarismo – o princípio da máxima felicidade	23
Delação premiada e liberdade individual do delator	27
História da delação premiada	29
Antiguidade Clássica	29
A delação no período do Feudalismo	31
A delação no período da Inquisição	33
A delação no <i>Ancien Regime</i> (absolutismo)	34
Delação no período Iluminista	37
A delação premiada na modernidade	40
A origem da delação premiada no Brasil	42
Organização criminosa e a lei n. 12.850/2013	44
Aspectos psicológicos	54
Abordagem behaviorista (skinner)	55
Abordagem sócio-histórica (vygotsky)	58
Abordagem psicanalítica (Freud)	60
Aspectos jurídicos	65
Evolução jurídico-normativa do conceito	65
Delação premiada e proteção a vítimas e testemunhas (lei n. 9.807/1999)	67
Delação premiada e organização criminosa (lei n. 12.850/2013)	71
O STF e a delação premiada	72
Princípios constitucionais relacionados à delação premiada	75
Contraditório	75
Publicidade	76
Individualização da Pena	77
Verdade Real	78

Não produzir prova contra si mesmo.....	79
Devido Processo Legal.....	80
Questões relacionadas à aplicação da delação premiada.....	81
Momento de realização da delação.....	81
Modelos de acordo de delação premiada.....	84
A delação premiada como motor da Operação Lava Jato.....	86
Processo penal à luz da teoria dos jogos.....	89
Delação premiada à luz da teoria dos jogos.....	98
A questão ética na delação premiada.....	107
Consideração final sobre a delação premiada.....	109
O acordo penal (plea bargain) proposto por Sérgio Moro.....	110
1) Contra a banalização dos mecanismos negociais no ordenamento jurídico brasileiro.....	119
2) Respeito ao princípio constitucional do devido processo legal.....	121
3) Controle reduzido dos acordos feitos pelo Ministério Público.....	122
4) Falta de paridade entre acusação e defesa na celebração de acordos.....	123
5) Aumento das condenações penais e da aplicação de penas privativas de liberdade.....	124
Pesquisas no campo da delação premiada.....	125

SEGUNDA PARTE

Acordo de Leniência

I) Acordo de leniência e delitos concorrenciais.....	130
Introdução.....	130
Acordo de Leniência - Conceito, objetivo e principais requisitos.....	131
Requisitos para um acordo de leniência eficaz.....	138
1) Previsão de elevadas multas administrativas conjugada com pena privativa de liberdade.....	138
2) Receio de descoberta pelas autoridades concorrenciais.....	140
3) Transparência na aplicação das regras relativas ao acordo.....	142
A importância do acordo de leniência no combate aos cartéis.....	142
Origem norte-americana do instituto.....	146
O Programa de Leniência no Brasil.....	149
Requisitos para a celebração do acordo de leniência.....	152
Requisitos necessários para a efetividade do programa de leniência brasileiro.....	153
Transparência e segurança no programa de leniência brasileiro.....	156
A administração pública e seu poder de polícia.....	156

A celebração do acordo de leniência e os seus efeitos	158
Teoria da pluralidade dos ordenamentos jurídicos autônomos e as autoridades independentes	164
Integração/Harmonização do sistema punitivo da administração pública.....	167
Teoria das autorrestrições administrativas e o dever de coerência da administração pública.....	168
Programa de leniência no Brasil – informações adicionais.....	170
Casos relevantes de acordo de leniência contra cartéis	174
Cartel de empresas de vigilância do Rio Grande do Sul.....	174
Cartel do suco de laranja	176
Cartel em licitações no setor de transporte público – Caso Siemens.....	180
Cartel no setor de aeroportos – caso Odebrecht.....	182
CADE: As empresas Carioca, Odebrecht, OAS e Andrade Gutierrez pagam R\$ 898 milhões em termo de compromisso	183
Acordo de leniência entre CCR e MP-SP no caso de estradas paulistas.....	185
II) O acordo de leniência na lei anticorrupção	186
A lei anticorrupção, os acordos de leniência e a Medida Provisória 703/2015	190

ANEXO

Exemplo de termo de colaboração premiada.....	197
Termo de colaboração premiada entre o ministério público federal e alberto youssef – homologado pelo supremo tribunal federal (Ministro Teori Zavascki)	200

COMENTÁRIOS À LEI ANTICRIME

Juiz de Garantias	213
Da imparcialidade do juiz	214
Da imparcialidade objetiva e da imparcialidade subjetiva	216
A teoria da aparência da justiça	217
O juiz de garantias como mecanismo de proteção da imparcialidade	219

REFERÊNCIAS	223
--------------------------	-----

ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO	227
--	-----